

João B. Serra

Apresentação da obra *Judeus em Portugal durante a II Guerra*¹ de Irene Pimentel²

A partir de Junho de 1940, Portugal foi procurado por milhares de judeus provenientes dos países europeus sob ocupação consumada ou iminente das tropas alemãs. A tomada de Paris e a invasão dos Países Baixos foi o detonador desse movimento dramático que Irene Pimentel descreve em pormenor neste seu livro. Até Agosto, teriam entrado em Portugal cerca de 12 000 refugiados, número que continuou a aumentar até ao fim do ano. Entre Junho de 1940 e Maio de 1941, passaram pelo País cerca de 40 000 pessoas em fuga de Hitler e do Holocausto.

Não ficaram todos em Lisboa e Estoril – alguns, por exemplo, foi nas Caldas que procuraram hotel – e muitos permaneceram pouco tempo, até obterem passagem para um país de destino final, de preferência os Estados Unidos. Havia gente de todas as condições sociais e a grande maioria foi em situação de puro desespero que aqui chegou: sem meios, sem roupa, com fome, depois de vencer dificuldades tremendas para percorrer a distância que os separava da fronteira terrestre de Portugal.

Antes desta vaga de refugiados, já Portugal fora procurado por judeus e antinazis que fugiam de Hitler. Irene Pimentel começa exactamente por abordar esse primeiro movimento, localizado entre 1933 e 1937. Fugiam de uma ditadura, para se acolherem sob a protecção de uma

¹ Pimentel, Irene Flunser, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial: em fuga de Hitler e do holocausto*. Com a colaboração de Christa Heinrich. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006.

² Iniciativa da Livraria Loja 107, Caldas da Rainha, 7 de Julho de 2006.

outra, que, todavia não cultivava o anti-semitismo. A procura de 1933-1937 não teve porém o carácter massivo que viria a ter a de 1940.

Esta última foi por seu turno precedida por um crescendo de perseguição aos judeus na Alemanha, desencadado a partir de 1937, o qual determinou uma corrida aos vistos nas embaixadas dos países neutrais e do continente americano. Em 1938 tornou-se claro para a maioria dos judeus que viviam na Alemanha, ou nos países por ela ocupados, que a sua presença era não desejada e que a decisão acertada seria emigrar.

Portugal, país neutral e atlântico, porta de saída para os Estados Unidos, foi muito procurado então. Mas a essa enorme e insistente procura o Estado respondeu com também crescentes restrições no sistema de autorizações, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros dirigido pessoalmente por Oliveira Salazar e a PVDE, futura PIDE, dificultando a concessão de vistos e advogando ainda maiores restrições.

Irene Pimentel dedicou a este tema uma particular e justificada atenção. Apontou os entraves colocados pela burocracia e pela polícia à entrada de refugiados no nosso país, a evolução restritivista da posição do Estado Português face ao problema, as actuações pessoais de alguns diplomatas portuguesas que inspirados por razões humanitárias tentaram forçar o sistema de controlo, salvando assim milhares de vidas. Foi o caso do consul em Bordéus, Aristides Sousa Mendes, cuja acção é retratada no livro.

As autoridades portuguesas definiram, a partir de 1938, o principio de que só aceitavam refugiados com visto para outro país. Isto é, só aceitavam refugiados em trânsito.

O Estado português deixou claro que não estava disposto a aceitar a integração de judeus emigrados na sociedade portuguesa e, por isso, aos que aqui tivessem de

permanecer algum tempo, até poderem sair, ficava-lhes vedado desenvolver as suas profissões.

Foram conseqüentemente poucos aqueles que acabaram por se fixar em Portugal e residuais e clandestinas as actividades que alguns realizaram no período de permanência em Portugal. O Estado receava a perturbação nos costumes, nas mentalidades e no mercado de trabalho que a integração de judeus vindo dos países mais desenvolvidos da Europa inevitavelmente traria. E no entanto, passaram por Portugal, nestes anos, entre muita gente anónima, personalidades destacadas das ciências e das letras, da medicina, realizadores e actores de cinema, figuras políticas, historiadores, ensaístas, compositores alemães, austríacos, franceses, polacos, e de outras nacionalidades (gregos, luxemburgueses, holandeses dinamarqueses, etc.), expulsos dos seus países).

Em 1942, quando a política de controlo das autoridades portuguesas se fechara e a perseguição nazi aos judeus atingia a sua dimensão mais terrível, o Governo determinou o internamento em zonas de residência a todos aqueles que tivessem entrado ou permanecessem ilegalmente em Portugal. Era o caso, nomeadamente, dos que tinham entrado clandestinamente ou com vistos passados pelo consul Aristidos Sousa Mendes, ou que não tivessem conseguido visto ou passagens para outros países. As zonas de residência criadas foram: Caldas da Rainha, Ericeira, Figueira da Foz e Curia.

Irene Pimentel conduziu uma investigação aprofundada, com uma extensa base empírica, recheando o seu livro de histórias pessoais e de família que ilustram bem a extraordinária situação que se viveu. Evitou cuidadosamente os estereótipos mais vulgares, as visões a branco e negro, as que só viram em Portugal o sol e a

hospitalidade e os que só viram a perseguição e a ditadura.

Apesar de este movimento ter sido circunscrito no tempo e as suas repercussões prevenidas e controladas, não deixou de ter impacte em Lisboa e nos locais onde os refugiados se concentraram, designadamente nas Caldas da Rainha.

Socorrendo-se das memórias de Alexandre Babo, no livro recordam-se "as esplanadas da Avenida ou do Rossio", em Lisboa, onde se viam "franceses, belgas, holandeses, judeus dos mais remotos lugares", e em especial a pastelaria Suíça, à qual "já chamavam o "Bompernasse", ali onde predominavam as mulheres (...) fumando em público (...). Tudo isto era um murro no estômago do provincianismo nacional. (...) Aquela gente aparentava outros hábitos, mais livres, mais naturais, e abertos (...) sem olharem (elas) de soslaio os machos, sentadas nos cafés, nas cervejarias, nos passeios públicos, o que até então era apanágio exclusivo dos homens e de algumas mulheres". E cita um jornal português que em 1941 descrevia os estrangeiros como "senhores rotundos, género banqueiros ou industriais", que, apesar da perda da "distinção de maneiras" ou da "rudeza do mando", usavam "sapatos largos, ferrados nos saltos, marcando a raça, personalidade e categoria pelo bater forte e sonoro nos passeios". "Pelos esplanadas, sob largos chapeleirões de listas coloridas, as mesas alastram-se em formigueiros cosmopolitas. À volta, num pequeno espaço, ouve-se holandês, francês, inglês, polaco, checo e às vezes português (...). Elas são mais ruidosas, mais alegres, despreocupadas, em cabelo, farrapitos em molho no alto das cabeças loiras, fumam sempre, pernas traçadas num grande à vontade, mostrando o que se vê e o que se adivinha (...)"

"O nosso Zé Povo embasbaca em frente dos grupos a admirar a civilização! (...) hoje. Como ontem, chegam sempre

refugiados que conseguem passar fronteiras longínquas, deixando aqui umas libras, acolá os últimos francos, depois o automóvel, uma mala, tudo enfim que valha qualquer coisa em troca do indispensável, contando que sigam caminho ao encontro de Portugal, a terra prometida”.

É possível que os portugueses tenham feito uma imagem distorcida do que viram. O mesmo Alexandre Babo o admite, ao sublinhar que “a recordação daquele espectáculo representado pelos refugiados” o impressionou pelo que “continha de enganadora aparência”.

Caldas da Rainha é objecto de uma menção específica neste livro. Por ali passaram, ali residiram durante algum tempo, muitos refugiados. Peço licença para reler um texto em que me referi a esse assunto, com recurso à fonte *Gazeta das Caldas*, numa pesquisa que efectuei em 1988, a pedido do embaixador Mário Neves.

“A 1 de Janeiro de 1940 insere a *Gazeta* um anúncio de carácter officioso intitulado “Estrangeiros”, no qual se recorda que Janeiro é o mês em que os estrangeiros residentes são obrigados ao cumprimento de determinadas formalidades burocráticas, nomeadamente à apresentação de documentos de residência para efeitos de aposição de um visto. Por outro lado, indica que os “proprietários de hotéis, casas de pensão e de hóspedes, e bem assim as pessoas que alugam casas a estrangeiros devem participar logo a entrada dos estrangeiros, o mesmo fazendo as pessoas que as tomem ao seu serviço”.

A 10 de Maio do mesmo ano, o jornal não escondia o optimismo com que antevia a época balnear que se avizinhava. Importante factor seria a realização nas Caldas da Exposição da Província da Estremadura, integrada nas comemorações dos Centenários. Efectivamente a Exposição será inaugiurada a 11 de Agosto.

A primeira notícia sobre a presença de refugiados nas Caldas surge um pouco mais de um mês antes desta data, a 1 de Julho de 1940. Título "Ecos da Guerra – Os emigrados em Caldas da Rainha". "Inesperadamente" – escreve-se na notícia – "automóveis estrangeiros começaram a parar nas ruas da cidade, enquanto muitos outros, atulhados de bagagens, se dirigiam para o sul. (...) Os hotéis ficaram cheios de estrangeiros: austríacos, ingleses, franceses, americanos, belgas e holandeses. (...) Gente estranha, de todos os credos políticos e de todas as religiões recolheram-se ao bom abrigo de um Portugal tranquilo, graças ao Estado Novo, a Carmona e a Salazar".

Dezanove dias mais tarde, uma outra referência, sob o título "Refugiados estrangeiros em Caldas da Rainha". Informa a Gazeta que uma delegação de refugiados de Guerra residentes se avistou com o delegado do Governo e Presidente da Câmara substituto, Dr. João Botelho Moniz, para lhe entregar uma mensagem e a quantia de 350\$00 destinados a instituições locais de beneficência. A delegação era composta por Mr. Maxim Pilsa, Doutor em Letras e professor do Liceu Francês do Cairo, e Mr. James, adido comercial da embaixada inglesa em Paris. Na mensagem, em francês, diz-se que tiveram todos que abandonar a França devido à Guerra, sendo das seguintes nacionalidades: ingleses, belgas, holandeses, luxemburgueses, austríacos, polacos e checos.

A 1 de Agosto de 1940, o artigo de fundo é subodinado ao tema "Os estrangeiros". Escreve o articulista: "Esses que por aqui vão estacionando não encontrarão local onde melhor distraír o espírito, repousar os nervos e retemperar o ânimo. Quase todos abalarão em breve, retomando a sua triste marcha a caminho de novos destinos, mais ou menos incertos".

Ao longo do ano de 1942, de forma discreta e esparsa, a presença de refugiados chega ao jornal. Assim, por

exemplo, a 1 de Janeiro, uma local intitulada "Cultura física" reporta-se a um espectáculo de ginástica dos alunos do professor G. Dobrynine, de facto um refugiado conhecido por "Papá Urso". A 20 de Março, podemos ler nas páginas da *Gazeta* um anúncio significativo: "Profesora francesa. Dando as melhores referências, dá lições nesta cidade". A 10 de Setembro do mesmo ano, surge outro anúncio de "Ensino de francês, na modalidade cursos especiais de Verão. Mais explícito é este outro anúncio na mesma edição: "Français. Pour apprendre bien et rapidememnt le français, s'adreser à mademoiselle Marcelle May, 27, Rua Alexandre Herculano, r/c"³.

Irene Pimentel retrata a vida na zona de residência fixa das Caldas da Rainha, a partir das memórias agora recolhidas junto dos antigos refugiados. Assim por exemplo, Sigfried Rosenthal que foi enviada para as Caldas, após circunstâncias dramáticas que se abateram sobre a sua família, conta: "A zona das caldas da Rainha e outras eram um oásis no meio da devastação geral em que vivia. Ninguém era maltratado. Tínhamos o apoio do HICEM, que recebia dinheiro dos Estados Unidos, depois distribuído pela Comunidade Israelita de Lisboa. Nas Caldas da Rainha, pus-me a dar explicações de português aos refugiados. Acabei por perder três anos da minha vida, pois não pude seguir estudos superiores. Mas vivíamos apenas constrangidos por não podermos sair para além de um raio de 5 quilómetros, sem autorização. Para vir a Lisboa, era preciso fazer um requerimento; eu redigi em português milhares desses requerimentos para os refugiados que passaram pelos pilotos aliados cujos aviões tinham tombado no Atlântico. Era gente muito

³ Joao B. Serra, *21 Anos, pela História. Caldas da Rainha, Estudos, Notas e Documentos*. Caldas da Rainha, PH, 2003, p. 175-178.

variada. Claro que vivíamos na incerteza e no medo de que a Alemanha pudesse invadir Portugal e a guerra chegar aqui”.

Myriam, mulher de Eric Brodheim conta, por seu turno, que “A vida nessa zona de judeus nas Caldas da Rainha não era fácil, com tanta gente que estava habituada a outros níveis, metida naquele espaço. (...) Foram três anos passados desta maneira, até acabar a guerra. Como o Erich não podia vir para Lisboa, começou a jogar ténis e a montar a cavalo. (...) Dava lições de ténis e lições de equitação. (...) O cabeleireiro Luigi conseguiu arranjar-lhe um atestado de um médico conhecido, afirmando que o Erich padecia de uma sinusite e teria de fazer regularmente uns banhos que não havia nas Caldas da Rainha. Usando este expediente, a PIDE deu-lhe licença para vir todas as semanas a Lisboa fazer esse tratamento médico. É que os judeus do campo das Caldas da Rainha só podiam circular até ao limite de 12 quilómetros à volta das Caldas da Rainha; para irem mais longe, tinham de ter uma licença da PIDE. O Erich conseguiu assim vir frequentemente a Lisboa, onde ficava uns dois, três dias”. Outros depoimentos apresentam relatos do mesmo teor, como o de Paul Stricker e sua mulher, Maria Adelaide, que não suportava o clima húmido da região, e Renée Liberman. Esta última, com a particularidade de ter casado com um médico a exercer nas Caldas da Rainha, tem uma história de vida conhecida dos caldenses.

Agradeço à autora este livro laborioso e claro que recupera um tema durante décadas esquecido.

A terminar gostaria de contar uma pequena história que os mais chegados compreendem que traga aqui.

Sabem quem casou Renée Libermann com Luis Costa e Silva? Pois foi o meu pai.

Ajudante do Registo Civil no Posto do Carvalhal Benfeito, o meu Pai foi quem efectuou o casamento civil do médico e da jovem refugiada. O meu Pai dizia que, sendo ela refugiada, não podia casar numa cidade, e por isso os nubentes procuraram uma aldeia para realizar esse acto. Mas, tratando-se de quem se tratava e tendo em atenção o estado deplorável da estrada que ligava as Caldas da Rainha ao Carvalhal Benfeito, o meu Pai praticou um pequeno entorse à lei e ofereceu uma prenda especial aos noivos: meteu-se ao caminho e veio ele próprio casá-los à cidade.